



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL – CREDN

REQUERIMENTO Nº DE 2017

(Da senhora Jô Moraes)

Requer realização de Audiência Pública com o objetivo de debater o reflexo da proposta de privatização do Sistema Eletrobras na segurança estratégica da Região Amazônica.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional a fim de debater reflexo da proposta de privatização do Sistema Eletrobras na segurança estratégica da Região Amazônica.

Solicito que sejam convidados a participar dessa Audiência Pública:

- Sr. Ikaro Chaves Barreto, Membro representante do CNE (Coletivo Nacional dos Eletricitários);
- Sr. Geraldo Antônio Miotto, General de Exército do Comando Militar da Amazônia;
- Sr. Josias Matos de Araújo, Presidente do Cigrê Brasil;
- Representante do Cimi (Conselho Indigenista Missionário).

JUSTIFICATIVA

A Eletrobras é a maior empresa de energia elétrica da América Latina e suas subsidiárias somadas representam o maior player empresarial do Setor Elétrico Brasileiro, responsáveis por um terço da energia elétrica gerada e cerca de 50% de

todo sistema de transmissão de energia elétrica do país, além de 10% do mercado consumidor de distribuição. Para cumprir o seu importante e estratégico papel no setor elétrico, a Eletrobras conta com as subsidiárias: Chesf, Furnas, Eletrosul, Eletronorte, Eletronuclear, CGTEE, Amazonas GT, Itaipu Binacional. Realiza pesquisas tecnológicas através do CEPEL, e atua na distribuição nos estados do Alagoas, Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima e Piauí, além de cotas com participações em diversas empresas do setor, com destaque para as SPE's de Belo Monte, Jirau, Santo Antônio, Tele Pires, e uma infinidade de empresas de transmissão, energia eólica, dentre outras.

A Eletrobras possui empresas com décadas de experiência na operação no setor elétrico nacional, controla empresas de distribuição de energia elétrica que operam em regiões estratégicas para o país, conta com um quadro de funcionários altamente qualificado, experiente e com conhecimento acumulado que foram construídos ao longo de muitos anos e com pesados investimentos em treinamento e desenvolvimento institucional.

Por meio do Cepel, a Eletrobras desenvolve pesquisa e soluções tecnológicas especialmente voltadas à geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no Brasil. Por sua sólida contribuição para a autonomia tecnológica do país, o Cepel tornou-se referência no Brasil e no exterior. Seu acervo de produtos e suas equipes especializadas qualificam-no como o maior centro do gênero da América do Sul.

As empresas do Sistema Eletrobras atuam em regiões abundantes em riquezas naturais. A Eletronorte, por exemplo, possui forte atuação na região Amazônica, conhecida pela biodiversidade, cursos d'água abundantes, riquezas minerais e também que possui a maior área de fronteira do País.

A Eletronorte opera a linha de transmissão em 230 kV que interliga o estado de Roraima à Venezuela, sendo que este estado é o único que ainda não está interligado ao SIN (Sistema Interligado Nacional). A empresa de distribuição desse estado também pertence ao grupo Eletrobras e por diversas vezes permaneceu inadimplente em relação à Eletronorte, que nunca suspendeu o fornecimento de energia por

responsabilidade social com aquela população, como ficaria a segurança do abastecimento caso essas empresas fossem repassadas ao capital privado?

A Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE Tucuruí), hoje a maior usina genuinamente nacional, é considerada instalação estratégica, tanto que foi instalado naquele município o 23º Esquadrão de Cavalaria de Selva, que protege tanto a usina quanto as eclusas que garantem a navegação no rio Tocantins, também operadas pela Eletronorte. A Eletronorte opera também a UHE Belo Monte, que terá 11.233 MW no município de Altamira no Pará. Quais os impactos para a segurança nacional e particularmente do sistema SIN da eventual operação dessas duas usinas estratégicas por empresas estrangeiras?

Os estados de Roraima, Amazonas, Acre e Rondônia são atendidos por empresas de distribuição de energia do grupo Eletrobras. São estados amazônicos, com extensa fronteira selvática, em regiões sensíveis à segurança nacional e com grande parte da população ainda desprovida do fornecimento regular de energia elétrica. Quais os impactos da eventual operação dos sistemas elétricos dessa região por empresas estrangeiras para a segurança das fronteiras?

A interligação ao SIN do estado de Roraima, e da maior parte do estado do Acre passará por territórios indígenas, além disso, a eventual construção do complexo hidrelétrico do Tapajós, no Pará, essencial ao futuro do país, também deverá ser feita em reservas indígenas. Quais os riscos à segurança das populações indígenas da construção e operação desses empreendimentos em seus territórios por empresas estrangeiras, no caso da eventual privatização do grupo Eletrobras?

A proposta de privatização do Sistema Eletrobras põe em risco o maior sistema de geração, transmissão, distribuição e pesquisa de energia elétrica da América Latina. Acarretará na entrega das usinas hidrelétricas à empresas privadas. Na descontinuidade da capacidade técnica-operacional do sistema elétrico nacional. Na entrega das pesquisas estratégicas realizadas pelo Cepel e que resultaram em benefícios à sociedade brasileira. Na insuficiência de fornecimento às regiões que ainda não foram interligadas ao Sistema Nacional, como é o caso de Roraima. Na paralisação da universalização da energia, como é o caso dos Estados do Norte e

alguns do Nordeste. No aumento do uso da energia térmica, encarecendo a energia para a população e indústria.

A Eletrobras é a entidade que mais se destaca na alavancagem dos empreendimentos estruturantes de geração e transmissão de energia elétrica, indispensáveis neste momento de retomada do crescimento econômico e consequente crescimento do consumo de energia elétrica. A proposta de privatização do Sistema Eletrobras traz elementos preocupantes no que tange à segurança nacional.

É fundamental que esta comissão realize debate profundo e plural sobre o tema, ouvindo representantes da sociedade civil, do setor elétrico, da academia e dos órgãos responsáveis pela segurança nacional, dentre eles as Forças Armadas.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos ilustres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, de de 2017.

JÔ MORAES
Deputada Federal – PCdoB/MG